

“Como operador de rodovias, percebo uma desconexão de empreendimentos imobiliários, que ficam dissociados de seus acessos”.



**Rui Juarez Klein**  
DIRETOR-SUPERINTENDENTE DA ECOVIAS,  
SOBRE A NECESSIDADE DOS PROJETOS  
HABITACIONAIS TEREM SEUS ACESSOS FEITOS  
COM ORIENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

economia@atribuna.com.br

# Economia

## Atraso em investimentos mostra necessidade de mais integração

No Ficon, prefeitos apontam que a metropolização ainda está longe de solucionar problemas da Baixada Santista

MARCELO SANTOS  
DA REDAÇÃO

Prefeitos da região reunidos ontem no Seminário do Fórum da Indústria da Construção de Santos e Região (Ficon) chegaram a um consenso – sem planejamento integrado entre as cidades da Baixada Santista, pendências de décadas, como obras de infraestrutura, continuarão postergadas. Esse trabalho conjunto poderia ser resolvido por ações metropolitanas, mas a reclamação das autoridades mostra que o sonho da metropolização está longe ainda.

“O Brasil vive no individualismo ou com um pensamento corporativista”, afirmou o prefeito de Praia Grande, Alberto Mourão. Segundo ele, há uma barreira cultural. As cidades são coladas uma nas outras, mas a sociedade brasileira não entende o que é uma região metropolitana.

Segundo ele, se essa metropolização funcionasse, haveria um sistema central com poder de decisões sobre o transporte, saúde e segurança pública, tirando até atribuições dos prefeitos.

As críticas foram feitas durante painel que discutiu o acesso às cidades e obras como o túnel Santos-Guarujá e VLT. O tema marcou os debates do Ficon, uma iniciativa do Sistema A Tribuna de Comunicação, com realização da Una Marketing de Eventos. O fórum terminou ontem no Mendes Convention Center.

Pouco antes da fala dos prefeitos, o diretor-presidente da TV Tribuna e presidente da Associação Comercial de Santos, Roberto Clemente Santini, alertou que a região está paralisada devido à falta de investimentos na infraestrutura (veja matéria na página C-4).

O painel contou também com a prefeita Márcia Rosa (Cubatão), os prefeitos Mauro Orlandini (Bertioga) e Paulo Alexandre Barbosa (Santos) e o secretário interino de Operações Urbanas de Guarujá, Adilson Luiz de Jesus. Do setor privado participaram Rogério Conde (Engeterpa), Rui Klein (Ecovias), Ricardo Beschizza (Sinduscon) e Gustavo Fernandez (Assecob).



O prefeito de Praia Grande, Alberto Mourão, destaca durante o evento: “O Brasil vive no individualismo ou com um pensamento corporativista”

### Investimentos em infraestrutura

**70**  
por cento  
da receita com impostos vão para o Governo Federal, alertou ontem o prefeito de Santos, durante sua participação no Ficon.

**25**  
por cento  
da arrecadação com tributos acabam sendo destinados aos estados.

**Discussão sem fim**  
Brechas na lei, projetos com falhas na elaboração e falta de recursos estão entre as principais causas que atrasam a execução dos empreendimentos de infraestrutura. Porém, o prefeito santista Paulo Alexandre Barbosa elencou ontem no Fórum da Indústria da Construção de Santos e Região (Ficon) mais um entrave: a discussão sem fim sobre as características desses projetos. Ele se referiu ao Túnel Santos-Guarujá e lembrou que o projeto executivo do túnel já está pronto e que os recursos foram

empenhados. Segundo o prefeito, a primeira licença ambiental foi emitida e o processo licitatório está em andamento. De acordo com ele, o projeto andou “significativamente”, mas setores da sociedade ainda insistem em discutir a localização do túnel. Para o prefeito, essa discussão está prescrita e o projeto deve ser dissociado do “debate político”. O túnel é um sonho antigo da região – surgiu em 1937. Porém, mudanças de governos, alterações no projeto, falta de verba e discordâncias de todo tipo adiaram sucessivamente sua execução.

**5**  
por cento  
da receita com tributos no Brasil são destinados aos municípios, conforme Paulo Alexandre Barbosa.

**15**  
mil  
caminhões por dia passam pela entrada de Santos, o que exige mais investimentos em infraestrutura.

“Overdose” de leis sufoca prefeitos

Legislações que se multiplicam, disputas no Judiciário e cobranças do Tribunal de Contas estão sufocando prefeitos, que aproveitaram o Fórum da Indústria da Construção de Santos e Região (Ficon) para reclamar das dificuldades crescentes para administrar suas cidades.

Segundo Mauro Orlandini, os prefeitos governam em meio a uma “overdose de legislações” que funcionam como “conjunto de pegadinhas”. São tantas regras, diz ele, que as prefeituras precisam ter quadros de funcionários bem capacitados voltados para aplicá-las.

Ele reclama que há inúmeros planos que as cidades precisam elaborar, como saneamento, turismo e educação, e que o Tribunal de Contas faz exigências sobre regras que não são claras.

Orlandini diz ainda que recebeu de um oficial de Justiça a ordem de comprar um remédio de R\$ 160 mil que, além de estar em fase experimental, é do exterior e precisa de processo de importação.

Márcia Rosa, de Cubatão, conta que a Prefeitura tem que gerenciar circunstâncias que são resultados, por exemplo, de decisões de outras instâncias. É o caso de um condomínio da CDHU para 10 mil habitantes, no qual a EMTU não deixa entrar ônibus porque o viário interno não suporta esses veículos. Ambas as empresas são do Governo do Estado. Porém, lembra ela, a cobrança da população recai sobre a Prefeitura.

### Saiba mais

>> **Patrocínio**  
O Ficon 2015 tem o patrocínio da Engeterpa, Ecorodovias, Grupo Macuco, Grupo Mendes, L. Lopes, Silamar, Vértice e WDS.

>> **Apoio**  
Apoiam o Ficon 2015 a Associação Comercial de Santos, Associação de Empresários da Baixada Santista (Assecob), Caixa Econômica Federal, Governo Federal, Seconci-SP, Sinduscon-SP e prefeituras de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Praia Grande e Santos.

## Aeroporto pode operar em 2017

Reivindicação de muitas décadas na região, o Aeroporto Regional de Guarujá está mais próximo da realidade, segundo o secretário interino de Operações Urbanas e Meio Ambiente do Município, Adilson Luiz de Jesus. A expectativa dele é que as operações comecem em 2017.

O projeto do aeroporto, um empreendimento mergulhado há muitos anos na burocracia e que resiste a sair do papel, deve ser licitado no final do ano, conforme o secretário.

Ele afirma que a Secretaria de Aviação Civil aprovou a modelagem do aeroporto e que o próximo passo será dar entrada dos documentos do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), exigido para a liberação do edital.

Alterações nos projetos de obras de infraestrutura geralmente causam grandes atrasos na execução. O aeroporto também passou por mudanças no projeto, mas Adilson Luiz de Jesus diz que essas alterações melhoram as condições de desenvolvimento do empreendimento.

Ele conta que o projeto inicial previa área de 270 mil metros quadrados em terreno da Base Aérea. Após estudos, a Prefeitura de Guarujá solicitou a ampliação do espaço cedido para 1,53 milhão de metros quadrados. Isso porque a liberação do terreno vai exigir compensação ambiental.

Portanto, haverá uma redução de custo, pois a compensação ambiental poderá ser feita dentro do terreno original,

bem ao lado do aeroporto. Em meio a toda essa burocracia, o secretário municipal diz que as companhias aéreas sondam a Prefeitura sobre possíveis investimentos no aeroporto. Uma delas, afirma ele, quer operar em Guarujá com setelinas.

Questionado sobre qual aérea apresentou essa intenção, ele apenas fala que praticamente todas as grandes empresas do setor fizeram contatos com o Município.

No País, a aviação é controlada pela TAM e Gol, mas a Azul aparece como uma companhia que investe pesado para crescer nos mercados regionais e conseguir enfrentar as gigantes.



Público acompanha debate sobre obras: questão ambiental define prazo

### Nova área

Guarujá terá uma área de 650 mil metros quadrados, com cinco lotes bem ao lado do futuro Aeroporto Regional. O secretário interino de Operações Urbanas e Meio Ambiente do Município, Adilson Luiz de Jesus, diz que recebeu ontem durante o Fórum da Indústria da Construção de Santos e Região (Ficon), a informação, por parte do comandante da Base Aérea, Carlos Alberto Panza, de que o terreno será liberado pela Aeronáutica. Essa área, afirma o secretário municipal, vai ficar disponível para investimentos do setor privado. A expectativa da Prefeitura é que a proximidade do Estuário e do aeroporto atraia empresas do setor de petróleo e gás ou mesmo do segmento portuário.